



**TERMO DE REFERÊNCIA
PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA
PARA LEVANTAMENTO, VALORAÇÃO E
CONCILIAÇÃO DA BASE DE ATIVOS
REGULATÓRIOS (BAR) - SANEAGO**

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2.	OBJETO DA PRETENSA LICITAÇÃO.....	6
3.	OBJETIVOS GERAIS	6
4.	LOCAL DE EXECUÇÃO.....	7
5.	DATA DE CORTE PARA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....	8
6.	MÉTODO DE LEVANTAMENTO E VALORAÇÃO	8
6.1.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS ATIVOS	9
6.2.	VALIDAÇÃO DO CADASTRO DE ATIVOS	10
6.2.1.	OBSERVAÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO DE TUBULAÇÕES.....	12
6.3.	CONCILIAÇÃO FÍSICO-CONTÁBIL	12
6.4.	VALORAÇÃO DOS ATIVOS	13
6.4.1.	VNR COM BASE NO MÉTODO DE REPOSIÇÃO.....	14
6.4.2.	VNR COM BASE NO MÉTODO DE CUSTOS	17
6.4.3.	VNR PELO MÉTODO COMPARATIVO DE MERCADO	18
6.4.4.	CHC – MÉTODO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES CONTÁBEIS	20
6.5.	JUROS SOBRE OBRAS EM ANDAMENTO.....	20
6.6.	CÁLCULO DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO.....	22
6.7.	CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO	24
7.	CÁLCULO DA BAR BRUTA E DA BAR LÍQUIDA.....	25
7.1.	RESERVA TÉCNICA OPERACIONAL	26
8.	INFORMAÇÕES MÍNIMAS DO LAUDO DE AVALIAÇÃO.....	27
9.	MELHORIA NA GESTÃO DE ATIVOS REGULATÓRIOS.....	27
10.	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.....	28
10.1.	Resumo da Base de Ativos (ANEXO).....	29
10.2.	Introdução.....	29

10.3.	Caracterização da Concessão	29
10.4.	Caracterização do Trabalho Executado	30
10.5.	Metodologia Aplicada.....	35
10.6.	Identificação dos Ativos Não Elegíveis.....	36
10.7.	Ativos Não Onerosos.....	36
10.8.	Terrenos que se Encontram em Processo de Regularização	36
10.9.	Considerações Finais	37
11.	ENTREGA DE PRODUTOS.....	37
12.	REUNIÕES DE TRABALHO	38
13.	SESSÕES DE CAPACITAÇÃO	39
14.	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART).....	39
15.	DISPOSIÇÕES GERAIS	39
16.	DOS PRAZOS DO CONTRATO.....	41
17.	DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA.....	41
18.	DA REALIZAÇÃO DE VISITAS PELOS LICITANTES.....	41
19.	DO REAJUSTE DE PREÇOS	42
20.	CASOS OMISSOS AO TERMO DE REFERÊNCIA	42
21.	DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	42
21.1.	Dos atestados de qualificação técnica	43
21.2.	Da equipe técnica.....	43
22.	DISPOSIÇÕES FINAIS DO TERMO DE REFERÊNCIA	45
22.1.	Dos recursos orçamentários	46
22.2.	Dos desembolsos.....	46
22.3.	Limites máximos por etapas	47
23.	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	48
24.	DAS OBRIGAÇÕES DA SANEAGO	49

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	49
---------------------------------------	----

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Saneamento de Goiás S.A – Saneago é uma sociedade de economia mista de direito privado, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, e concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos do Estado de Goiás, atendendo atualmente a 226 dos 246 municípios goianos.

Em termos de atendimento a população assistida com serviços de água em todo o estado, no mês de dezembro de 2018, foi de 5,6 milhões atingindo um índice de atendimento de 96,1% de toda a população do estado. Para os serviços de esgotamento sanitário o índice foi de 59,8% com uma população atendida de 3,9 milhões.

Em sua estrutura operacional a Saneago apresenta 2.149.018 de ligações ativas de água e 1.124.996 ligações ativas de esgoto, com mais de 30.264 quilômetros de redes de água e 12.817 quilômetros de rede esgoto. Atualmente, a área operacional subdivide-se em três superintendências, sendo elas: a Superintendência Regional de Operações do Interior (SUINT), a Superintendência Regional de Operações da Região Metropolitana de Goiânia (SUMEG) e a Superintendência Regional de Operações do Entorno do DF (SUENT), tendo cada uma das unidades seu próprio cadastro técnico.

São atribuições dessas unidades:

- SUINT: Responsável pela gestão operacional dos municípios operados pela Saneago no interior de Goiás, cuidando da operação de 179 municípios.
- SUENT: Responsável pela gestão operacional dos municípios operados pela Saneago na Região do Entorno do Distrito Federal, cuidando da operação de 33 municípios.
- SUMEG: Responsável pela gestão operacional dos municípios operados pela Saneago na Região Metropolitana de Goiânia, cuidando da operação de 14 municípios.



Em nível de estrutura de gestão de registros e controles contábeis, a companhia encontra-se em fase de implantação de um sistema integrado empresarial baseado em ERP (Enterprise Resource Planning System) na solução SAP, no qual está prevista as funcionalidades ligadas à gestão contábil-financeira da Companhia. A previsão de implantação desse sistema está agendada para o primeiro semestre de 2019.

Os serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás são controlados pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, segundo a Lei Estadual nº 14.939/2004 (Marco Regulatório da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Goiás), sendo responsável pela fixação das tarifas aplicadas aos serviços de saneamento, devendo realizar revisões tarifárias periódicas com vistas a adequar as tarifas às alterações na estrutura de custos e de mercado.

No âmbito do município de Goiânia, recentemente foi criada a Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Goiânia - ARG, pela Lei Municipal nº 9.753 de 12 de fevereiro de 2016. A partir de então a referida agência vem buscando exercer o seu papel de agente regulador do município e atualmente passa por um intenso processo de estruturação devido a sua recente criação.

Dentro do contexto das revisões tarifárias, é necessário que se realize o levantamento físico e a reorganização da base de dados dos ativos, bem como a avaliação dos ativos da Saneago que estejam voltados para as atividades de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, de modo a constituir a Base de Ativos Regulatória - BAR.

A Base de Ativos Regulatória - BAR representa os investimentos requeridos pela Concessionária para prestar o serviço de acordo com as condições estabelecidas nos contratos juntos aos municípios, em particular no que se refere aos níveis de qualidade exigidos.

Segundo a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal 11.445/07) em seu artigo 18, o acompanhamento e o controle dos bens e direitos devem ser individuais para cada município, identificando bens e direitos separadamente de cada contrato para que seja possível a avaliação dos ativos, o cálculo da base de remuneração regulatória, a receita requerida e a identificação dos custos por sistema. Ainda, em seu artigo 42 § 2º, está estabelecido que os bens e direitos das concessionárias devem ser auditados pela Agência



Reguladora, inclusive com a aprovação dos documentos com as relações de bens e direitos vinculadas à prestação dos serviços.

Em face do exposto, o presente termo de referência (TR) tem por objetivo geral a contratação de consultoria para efetuar a reorganização da base de dados dos ativos, especialmente no âmbito regulatório, incluindo o levantamento, conciliação, valoração e organização de sistemas relacionados aos ativos da Companhia, buscando atender as necessidades da Saneago e as determinações legais vigentes com foco na consolidação da Revisão Tarifária junto à AGR, à ARG e outros agentes reguladores e de fiscalização que possam vir a ser criados.

O levantamento e a valoração dos ativos da Saneago são atividades de grande importância para sua adequada gestão. Após a etapa inicial de consolidação destas tarefas (objeto destes Termos de Referência) será necessário o gerenciamento do controle de ativos da companhia de tal sorte que as futuras revisões tarifárias e ajustes anuais, a serem aprovados junto a órgão(s) regulador(es), possam transcorrer com agilidade, clareza e confiabilidade dentro dos prazos previstos na legislação vigente.

2. OBJETO DA PRETENSA LICITAÇÃO

Trata-se de contratação de consultoria especializada para realizar levantamento, valoração e conciliação da Base de Ativos Regulatórios (BAR) da companhia, bem como efetuar o inventário de ativos, realizar a avaliação dos ativos para a formação da BAR, elaborar relatórios contendo o detalhamento de técnicas, procedimentos e outras informações para subsidiar a revisão tarifária periódica, auxiliar a Saneago na aprovação desta BAR junto ao órgão regulador, propor e auxiliar a Saneago no desenvolvimento de estrutura e sistemas de gestão dos ativos regulatórios e capacitação técnica de empregados da Saneago para o desenvolvimento e manutenção de boas práticas relativas ao tema.

3. OBJETIVOS GERAIS



O presente termo de referência (TR) tem por objetivo contratar Consultoria para:

- Efetuar o levantamento dos bens e a conciliação dos dados físicos e financeiros com os cadastros existentes na empresa (patrimonial, regulatório, técnicos e outros) de forma a unificá-los, apontando eventuais sobras com vistas a tornar possível a geração de arquivos de dados para alimentação do sistema de controle da Saneago;
- Efetuar inventário de ativos quando os cadastros já existentes na companhia não permitirem sua inserção na Base de Ativos Regulatórios (BAR);
- Realizar a avaliação dos ativos para a formação da BAR em conformidade com os critérios previstos: em leis aplicáveis ao setor, na NBR 14.653 quando couber, no CPC-27 e CPC-01, nas definições deste termo de referência (TR) e demais regramentos aplicáveis que possam ser criados e/ou atualizados no decorrer de execução deste processo;
- Elaborar relatórios contendo o detalhamento das técnicas, procedimentos e outras informações adotadas para a confecção da BAR de forma a subsidiar a revisão tarifária periódica das tarifas praticadas pela Contratante;
- Auxiliar a Contratante na aprovação da BAR, junto à AGR, e à demais agentes reguladores e de fiscalização, com o objetivo de viabilizar o processo de revisão tarifária;
- Propor e auxiliar a Contratante no desenvolvimento de uma estrutura e sistemas de gestão e acompanhamento de ativos regulatórios;
- Capacitação técnica de equipe da Saneago para que a tecnologia e os conhecimentos relativos à BAR sejam repassados à Companhia.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão realizados pela Contratada nas áreas em que a Saneago opere os sistemas de água e esgoto. A Contratada deverá manter um escritório em Goiânia, com instalações adequadas ao porte e a complexidade dos trabalhos a serem desenvolvidos.

A Contratada deverá franquear o acesso de pessoal da Contratante, a qualquer tempo, para acompanhamento dos trabalhos. A critério da Contratante, parte dos serviços poderá ser desenvolvida no escritório da Contratada, desde que não venha causar prejuízos ao desenvolvimento dos produtos a serem entregues.

5. DATA DE CORTE PARA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

A data de corte a ser considerada para identificação dos ativos, definidos nos objetivos gerais desses Termos de Referência, é o término do exercício de 2018; ou seja, para efeitos de identificação e análise pela Contratada, serão considerados os ativos da empresa adquiridos e/ou incorporados até 31 de dezembro de 2018 ou, a critério da Saneago, o último trimestre contábil disponível anterior à emissão da Ordem de Serviços.

6. MÉTODO DE LEVANTAMENTO E VALORAÇÃO

O método de avaliação dos ativos da BAR pode ser separado em quatro macro etapas, estruturadas da seguinte forma:

Nº	MACRO ETAPA	DESCRIÇÃO
1	Classificação quanto a elegibilidade	Classificação dos ativos em elegíveis e não elegíveis
2	Validação do cadastro	Desenho amostral
		Verificação em campo
		Ajuste do inventário
3	Conciliação físico-contábil	Determinação da depreciação acumulada e valores contábeis
		Determinação das sobras
4	Valoração dos ativos	Determinação do VNR
		Determinação do CHC

De forma resumida as etapas do trabalho são assim distribuídas:

1. Eleição dos ativos que estarão presentes na BAR;

2. Validação do cadastro técnico a ser utilizado para valoração da BAR por meio de uma inspeção (amostral ou total) dos ativos em campo;
3. Determinação de valores contábeis dos ativos e seu percentual de depreciação acumulada, por meio do cruzamento das informações dos cadastros técnicos e da contabilidade, além de identificar os ativos que existem em campo e não estão contabilizados (sobras físicas) ou vice-versa (sobras contábeis).

Obs.: nas etapas 2 e 3 caberá à contratante efetuar inventário de ativos quando os cadastros já existentes na Companhia não permitirem sua inserção na Base de Ativos Regulatórios (BAR).

4. Valoração dos ativos por meio do Valor Novo de Reposição (VNR) ou dos Custos Históricos Corrigidos (CHC).

Nos próximos itens serão apresentadas as metodologias de cada uma das etapas aqui descritas.

6.1. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS ATIVOS

Todos os ativos vinculados à concessão deverão ser avaliados e classificados em elegíveis e não elegíveis, observando:

- São ativos elegíveis: aqueles vinculados à concessão do serviço público de saneamento básico e efetivamente utilizados para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- São ativos não elegíveis: aqueles que, ainda que vinculados à concessão do serviço público de saneamento básico, não são utilizados na atividade concedida ou então, são utilizados em atividades não vinculadas ao serviço concedido da Saneago como, por exemplo: bens cedidos ou utilizados por outra concessionária ou terceiros, bens desocupados, bens desativados etc.

A BAR somente irá considerar os ativos elegíveis. Para a avaliação da elegibilidade deverá ser feita uma análise qualificada do uso, função e/ou atribuição do ativo,

diferenciando conveniência de necessidade, no que diz respeito à prestação do serviço de saneamento básico.

Deverá ser feito um laudo em separado da avaliação dos ativos contendo a justificativa da não elegibilidade dos ativos assim classificados, com a indicação das seguintes informações:

- i) Destinação de uso do ativo;
- ii) Razões que levaram à exclusão;
- iii) Contas contábeis onde os ativos se encontram apropriados.

Estes bens devem ser avaliados e identificados no laudo, porém não devem ser contemplados na BAR.

Devem ser apresentadas notas explicativas para os ativos excluídos e que se encontrem em situação particular na época da realização dos trabalhos de avaliação, tais como: instalações construídas e não colocadas em serviço, instalações em reforma e desativadas temporariamente, instalações a serem alienadas, entre outras.

Ainda quanto à elegibilidade dos ativos, cabe a observância das condições específicas para o caso de imóveis. Aqueles que não apresentarem documentação definitiva de titularidade em nome da Contratante poderão ser incluídos na BAR, desde que atendam as condições descritas a seguir: i) ser elegível; ii) estar registrado na contabilidade; iii) existir documentação comprobatória da aquisição pela Contratante; e iv) existir documento comprobatório que o processo de registro de titularidade da propriedade foi iniciado e encontra-se em andamento.

A avaliação dos imóveis que se encontrem em processo de regularização deverá ser apresentada em separado ao laudo de avaliação e deve conter as informações sobre a situação do processo de registro definitivo de titularidade e a destinação de uso dado pela Contratante no local.

6.2. VALIDAÇÃO DO CADASTRO DE ATIVOS

Os serviços deverão ser iniciados pela identificação e descrição dos ativos físicos efetivamente existentes, em termos quantitativos (unidades) e qualitativos (características e especificações técnicas), de forma a garantir que as informações sejam válidas para a valoração da BAR, devendo atender minimamente as informações contidas no anexo deste termo de referência (TR).

Como o universo de ativos da Contratante é muito extenso, o levantamento em campo será feito considerando duas situações, sendo a primeira de ativos levantados pelo critério populacional, ou seja, os ativos são levantados em sua totalidade; e a segunda de ativos levantados pelo critério amostral, em que é estabelecida por critério estatístico uma amostra representativa dos ativos a serem avaliados e servirá para a validação do cadastro técnico da Contratada, a ser utilizado para a valoração da totalidade dos ativos.

No caso dos ativos validados na totalidade, o procedimento se resume ao levantamento de todos os ativos. Já para os ativos validados de forma amostral deve-se calcular um quantitativo amostral representativo, baseado em conhecimento estatístico moderno, utilizado na literatura sobre o tema e utilizado no levantamento de ativos de outras companhias, além de adotar um erro padrão sobre a amostra que atenda critérios de significância estatística utilizadas nos trabalhos empregados no setor de saneamento.

A amostra e os demais critérios estatísticos calculados pela Contratada para execução dos serviços de levantamento devem ser submetidos à avaliação e validação da Contratante, podendo ser utilizados apenas após autorização desta.

Quadro – Tipo de levantamento por ativo: Total dos ativos / Amostra dos ativos

TOTAL DOS ATIVOS	AMOSTRA DOS ATIVOS
Terrenos	Bens de uso geral:
Laboratórios e centros de controle	Veículos, móveis e utensílios
Sistema de abastecimento de água:	Programas e equipamentos de informática
Barragens, captações, poços e aduções	Ligações prediais de água
Estações elevatórias	Ligações prediais de esgoto
Estações de tratamento de água e unidades de cloração	Hidrômetros
Reservatórios	Tubulações
Sistema de esgoto sanitário:	
Estações elevatórias	
Estações de tratamento de esgotos	
Emissários e unidades de tratamento de lodo	

Eventuais casos omissos devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, cabendo à Contratante avaliar e aprovar a proposta.

6.2.1. OBSERVAÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO DE TUBULAÇÕES

As tubulações de água e esgoto têm sua avaliação de existência em campo como um trabalho de alta complexidade, uma vez que as redes não são visíveis e existem poucos pontos de acesso para sua verificação. Diante da alta complexidade de verificação em campo, serão utilizados os cadastros técnicos das tubulações, além de entrevistas com servidores locais da Saneago, para verificação desses ativos. A partir dessas informações será possível traçar a amostra de trabalho para o levantamento desses ativos.

A inspeção das tubulações será realizada, preferencialmente, por método não destrutivo, aproveitando os locais onde é possível o acesso às tubulações ou aguardando o momento em que as áreas de operação da Contratante executar manutenções programadas.

Caso não seja possível a inspeção pelo método anterior, excepcionalmente, poderá ser realizada vistoria que utilize métodos destrutivos para identificação de elementos das redes e suas características, mediante justificativa da Contratada, devendo a Contratante avaliar e aprovar a proposta, cabendo também a esta, arcar com os custos e medidas legais e administrativas necessárias (ex.: licenças ambientais, autorizações de órgãos competentes, escavação, perfuração, reparação, etc.).

6.3. CONCILIAÇÃO FÍSICO-CONTÁBIL

A conciliação entre o cadastro técnico e o sistema patrimonial/cadastro contábil tem por objetivo a identificação das sobras físicas e contábeis e a determinação da depreciação acumulada de cada bem, que deve ser aplicada para obter o valor líquido do ativo

no processo de cálculo da BAR. A conciliação físico–contábil deverá ser realizada a partir dos dados cadastrados e os respectivos registros contábeis.

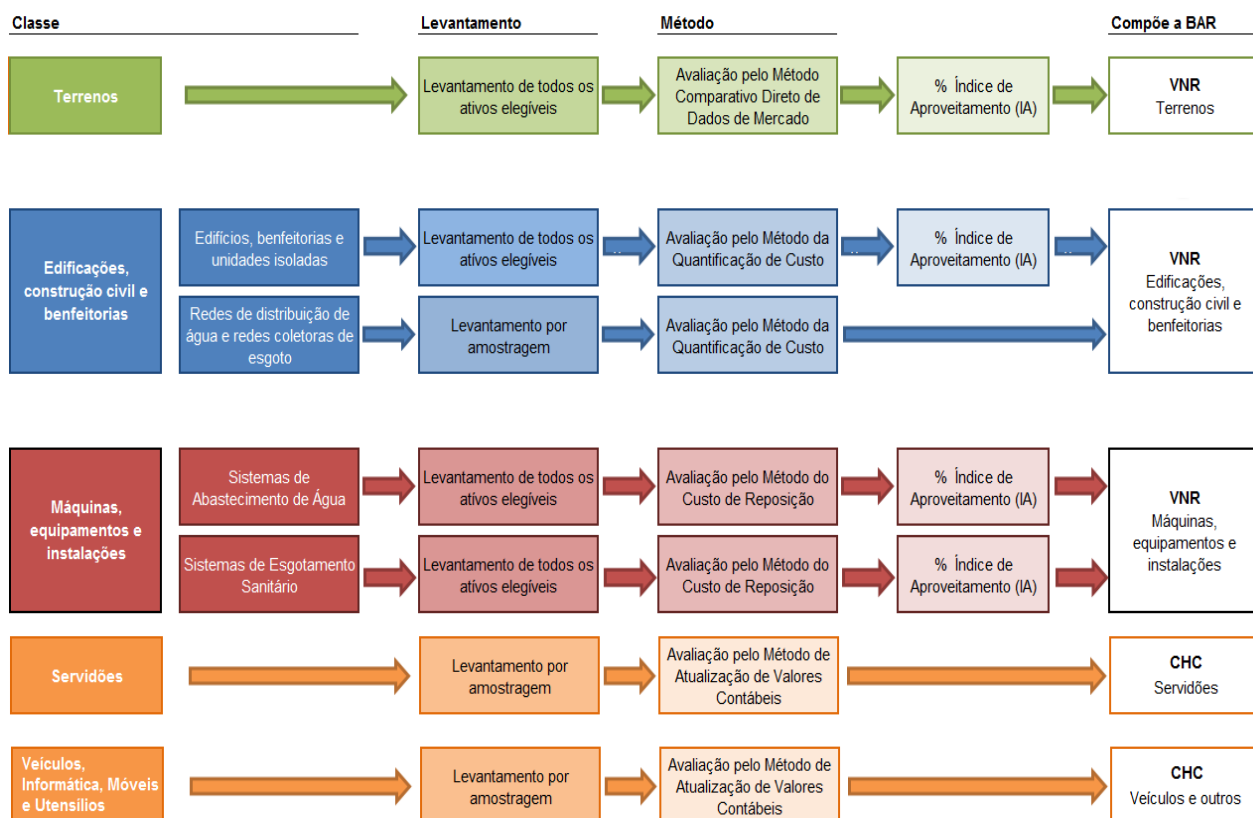
Ao realizar as vistorias, a Contratada deverá buscar a conciliação dos dados oriundos das fontes de controle da Saneago, como controle patrimonial, controles de engenharia, cadastro técnicos e demais controles da companhia; comparando-os com as informações provenientes das vistorias realizadas em campo, cabendo à Contratada elaborar os relatórios / listagens com as eventuais sobras constatadas nessa conciliação.

Os relatórios de identificação de sobras deverão ser apresentados para a Saneago para análise e possíveis ajustes. Caberá à Contratada apresentar a metodologia para saneamento das sobras encontradas de forma a eliminá-las totalmente. Caberá à Saneago a aprovação final da metodologia proposta para o saneamento das sobras e a implementação dos ajustes.

Eventuais casos omissos devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, cabendo ao Contratante avaliar e aprovar a proposta.

6.4. VALORAÇÃO DOS ATIVOS

Após a classificação de elegibilidade, validação do cadastro e conciliação físico–contábil deverá ser realizada a valoração dos ativos. Assim a valoração deve seguir o VNR (Valor Novo de Reposição) e o CHC (Custo Histórico Contábil), no seguinte formato:



Para efeito deste termo de referência (TR), as “edificações, as benfeitorias e as obras civis” correspondem às construções agregadas ao solo ou ao subsolo incluindo instalações hidráulicas, elétricas, barriletes, drenagem, redes de água e de esgoto, caixas e afins. Já o grupo de “máquinas, equipamentos e instalações” constituem o conjunto de elementos elétricos e mecânicos necessários à operação dos sistemas (água e esgoto), tais como motores, bombas, comportas, redutores, talhas, pontes rolantes, quadros de comando e outros assemelhados.

Eventuais casos omissos na tabela acima devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, cabendo ao Contratante avaliar e aprovar a proposta.

6.4.1. VNR COM BASE NO MÉTODO DE REPOSIÇÃO

Nesse grupo estão inclusos os seguintes subgrupos de ativos: Máquinas, Equipamentos e Instalações dos Sistemas de Abastecimento de Água e dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

A valoração desses ativos deverá ser feita com base no VNR, ou seja, a valoração deve ser de um ativo novo, idêntico ou similar ao avaliado, precificado de acordo com os valores de compra ou orçados pela Contratante e cotações de fornecedores feitas pela Contratada, desde que baseados em práticas que assegurem a eficiência na aquisição (valores referenciais de licitações, concorrências, entre outras fontes).

No caso dos hidrômetros e das ligações, uma parcela destes ativos fica inativa/suprimida devido aos processos de desligamento e corte por inadimplência. Nesses casos, para efeito de valoração da BAR, a Contratada deve considerar a listagem completa dos hidrômetros, tantos os ativos quanto os suprimidos, contidos na base comercial da Contratante.

O valor novo de reposição de um ativo será expresso pela seguinte equação:

$$VNR = EP + (EA + CA) + JOA$$

Sendo:

VNR: Valor novo de reposição;

EP: Valor de fábrica do equipamento principal;

EA: Custo dos equipamentos acessórios;

CA: Custos Adicionais; e

JOA: Juros das obras em andamento.

Equipamentos Principais (EP)

O valor de fábrica do equipamento principal deverá ser obtido a partir do banco de preços da Contratante, que contém os valores considerados nos orçamentos de compra utilizados como valores de referência para os processos de licitação e concorrência para execução das obras. Também poderão ser usadas cotações de preços junto a fornecedores, no caso de estarem de acordo com o nível de eficiência, as características e os custos incorridos (frete, tributário, entre outros) na área de concessão.

O valor de fábrica unitário será calculado pela média dos valores do banco de preços ou das cotações de orçamentos dos últimos três anos. Este valor deve desconsiderar os impostos recuperáveis, conforme a legislação vigente, descontos ou benefícios eventualmente identificados. Os preços de compra/orçamentação devem ser atualizados monetariamente até a data base do Laudo de Avaliação. O Quadro abaixo apresenta os indicadores de preços que devem ser utilizados para cada ativo.

Quadro - Indicadores monetários

CÓDIGO	NOME	COLUNA	UTILIZAÇÃO
1006823	IPA – OG – DI Prod. Ind. Trans. Metalurgia Básica / FGV	30	Materiais de ferro, aço, etc.
1006825	Prod. Ind. Trans. Máquinas e Equipamentos / FGV	32	Equipamentos
1006827	Prod. Ind. Transf. Máquinas, Materiais Elétricos / FGV	34	Materiais elétricos
162038	Tubos e Conexões PVC / FGV	68	Materiais - PVC / PEAD / RPVC / PRFV

Caso o ativo valorado não se encontre dentro do banco de preços ou não seja possível realizar cotações específicas para determinado ativo, deverá ser considerado o valor de outro ativo com característica similar para o propósito da valoração.

Caso não seja encontrado um ativo similar, em última instância, deverá ser considerado para efeitos da valoração o valor contábil do ativo, atualizado monetariamente pelo índice de preço IGP-M.

Ficam a cargo da Contratada as despesas relativas à aquisição das tabelas de indicadores monetários junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV).

EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS E CUSTOS ADICIONAIS (EA e CA)

Os equipamentos acessórios são aqueles itens do equipamento principal indispensáveis para a sua operação.

Já os custos adicionais são aqueles necessários para colocar o bem em operação, sendo formado pelos custos de projeto, licenciamento, construção, montagem eletromecânica, gerenciamento, frete, georreferenciamento, comissionamento, entre outros.

A valoração deles será feita aplicando, sobre o valor do equipamento principal, o percentual médio obtido dos bancos de preços ou orçamentos dos últimos três anos para cada tipo de ativo.

As bases para apuração dos equipamentos acessórios e custos adicionais deverão ser mantidas em separado, à disposição da avaliação.

JUROS DAS OBRAS EM ANDAMENTO (JOA)

Os juros sobre as obras em andamento (JOA) representam a remuneração dos desembolsos associada a um empreendimento durante sua construção. A aplicação do JOA ocorre sobre as máquinas e equipamentos, obras civis, construções, terrenos e aos seguintes empreendimentos: redes de distribuição, redes coletoras, barragens, captações e estações de tratamento. Seu cálculo será apresentado em tópico específico mais a frente.

6.4.2. VNR COM BASE NO MÉTODO DE CUSTOS

Esse método, que consiste no valor novo de reposição obtido pelo método de quantificação de custo, será aplicado aos ativos Edifícios, Benfeitorias, Unidades Isoladas, Redes de Distribuição de Água e Redes Coletoras de Esgoto.

O custo do ativo é determinado por meio de orçamentos analíticos ou sintéticos, a partir das quantidades de serviços prestados pelas unidades e respectivos custos diretos e indiretos para formação da edificação. Devem ser utilizados os preços atuais na data de avaliação de seus componentes básicos, além dos custos de construção da região em que se encontra.

O orçamento deve ser feito com base nos dados levantados na inspeção física relativos às características estruturais e técnicas, bem como ao uso efetivo do ativo. Adicionalmente, devem ser consideradas as informações dos seguintes documentos: (i) planta geral da unidade com localização de todas as edificações, indicando as respectivas áreas construídas; (ii) projetos de fundação, estrutura e arquitetura das principais edificações; (iii) planilhas de medição de obra, contratos de construção e planilhas orçamentárias da época; e (iv) planta geral das redes externas de água pluvial, água potável, esgoto, incêndio e iluminação pública.

Nessa metodologia há a incidência de JOA – Juros sobre Obras em Andamento, conforme ocorre no VNR por Reposição.

6.4.3. VNR PELO MÉTODO COMPARATIVO DE MERCADO

Deverá ser aplicado, à parcela de ativos Terrenos, o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, baseado na identificação do valor de mercado do bem por meio de tratamentos técnicos dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra, composta por elementos de características similares ao avaliado. Nos casos em que não existam tais elementos comparáveis, a Contratada submeterá à Contratante proposta de solução, cabendo à Contratante avaliar e aprovar a proposta.

Devem ser pesquisados valores de pelo menos 3 (três) terrenos, preferencialmente em áreas próximas e comparáveis àquelas a serem avaliadas, para que seja feita a valoração da área desejada. Devem ser evitadas amostras com elementos de pesquisa obtidos por meio de apenas uma fonte de informação.

A pesquisa deve estar baseada em consultas a corretores de imóveis e a empresas idôneas que trabalhem com a venda de terrenos na região do terreno avaliado. A

qualidade da pesquisa deve se sustentar em três pilares básicos, quais sejam: (i) a idoneidade das fontes de informação; (ii) a sua atualidade; (iii) a semelhança com o imóvel avaliado.

Para valoração dos terrenos, não será permitida a utilização dos métodos involutivos ou da renda. Alternativamente, na impossibilidade de avaliação pelo “método comparativo direto de valores de mercado”, desde que devidamente justificada e submetida à prévia apreciação da Saneago, é permitida a avaliação por meio da atualização dos valores históricos pela aplicação do IPCA, ou então, considerando-se os respectivos valores venais.

Assim como nos métodos anteriores, da Reposição e da Reprodução, há a incidência de JOA – Juros sobre Obras em Andamento na valoração dos terrenos.

Deverão ser considerados os elementos previstos nas CPC’s, notadamente na CPC-27 e CPC-01, na norma ABNT NBR 14653 - Avaliação de Bens (Partes 1 a 7) e demais legislações pertinentes.

TERRENOS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

Especificamente para os terrenos em processo de regularização poderão ser incluídos na Base de Ativos Regulatória (BAR) os imóveis que não possuam documentação de titularidade de propriedade definitiva em nome da Saneago, desde que cumpram uma das seguintes condições:

- O imóvel seja elegível, isto é, imóvel operacional;
- O imóvel esteja registrado na contabilidade da Saneago;
- Exista documentação que comprove a aquisição;
- A documentação de titularidade de propriedade encontre-se em processo de regularização.

A empresa de avaliação deve apresentar relação em separado dos imóveis que se encontram em cada uma das situações supracitadas, fornecendo informações sobre a situação atual de cada um no que se refere à posição em termos de documentação e atividades exercidas pela concessionária no local (destinação de uso).



A existência de imóveis que não atendam a qualquer das condições indicadas deve ser prontamente informada à Saneago, devendo a Contratada propor solução para esta situação, cabendo a Contratante avaliar e aprovar a proposta apresentada.

Caberá à Contratada a aquisição das certidões dos imóveis da “Relação dos imóveis legalizados e a legalizar” da Saneago, a partir das matrículas fornecidas.

6.4.4. CHC – MÉTODO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES CONTÁBEIS

O método de atualização de valores contábeis será aplicado aos ativos dos grupos: Servidões, Veículos, Informática, Móveis e Utensílios, sendo avaliados a partir da atualização de valores contábeis, pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE, desde que seja verificado que não existam distorções relevantes entre os ativos físicos efetivamente existentes e os ativos constantes no controle patrimonial da Saneago.

A empresa avaliadora deve explicitar, no relatório de avaliação, os procedimentos e critérios utilizados para validação dos saldos das contas contábeis onde as servidões encontram-se registradas.

Devem ser consideradas na Base de Ativos Regulatória as faixas de servidão adquiridas de forma onerosa, observando-se os critérios utilizados na contabilidade para registro desses ativos.

As faixas de servidão com escritura de propriedade devem ser consideradas na base de ativos pelo mesmo critério utilizado para direitos de uso e de passagem adquiridos de forma onerosa, não devendo ser consideradas como terrenos avaliados a valor de mercado.

6.5. JUROS SOBRE OBRAS EM ANDAMENTO

Os juros sobre obras em andamento são definidos regulatoriamente e calculados considerando-se o Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC) após impostos, aplicando-se a fórmula que segue depois das seguintes

considerações: Prazos médios de construção: 12 meses para redes de distribuição, 24 meses para Estações e 18 meses para captações;

Para as estações, redes e captações deve-se considerar um fluxo financeiro de 40% de desembolsos distribuídos de forma homogênea ao longo na primeira metade do prazo de construção considerado, e 60% distribuídos de forma homogênea ao longo da segunda e última metade do prazo de construção considerado.

$$JOA = \sum_{i=1}^N \left((1 + r_a)^{N+1-i/12} - 1 \right) * di$$

Onde:

JOA: juros sobre obras em andamento em percentual (%);

N: número de meses, de acordo com o tipo de obra;

r_a: custo médio ponderado de capital anual (WACC); e

di: desembolso mensal em percentual (%) distribuído de acordo com o fluxo financeiro definido acima.

O desembolso mensal será definido para estações de tratamento, redes de distribuição e coletores e para reservatórios e captações, de acordo com os quadros seguintes:

Quadro de Desembolso Mensal para Estações de Tratamento

d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9	d10	d11	d12
3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,34	3,34	3,34	3,34
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
d13	d14	d15	d16	d17	d18	d19	d20	d21	d22	d23	D24
5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%

Quadro de Desembolso Mensal para Redes de Distribuição e Coletores

d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9	d10	d11	d12
6,66%	6,66%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	10%	10%	10%	10%	10%	10%

Quadro de Desembolso Mensal para Captações

d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9
4,44%	4,44%	4,44%	4,44%	4,44%	4,44%	4,44%	4,44%	4,44%
d10	d11	d12	d13	d14	d15	d16	d17	d18
6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,68%

Já no que diz respeito aos terrenos, a aquisição é normalmente realizada com uma antecedência de 12 meses do início das obras civis correspondentes e o desembolso do valor do total do terreno é feito no ato da compra. Assim, para o cálculo do JOA, o prazo dos terrenos será o da obra civil associada acrescido em 12 meses. Já o desembolso será de 100% no primeiro mês do prazo estipulado.

Eventuais casos omissos devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, cabendo ao Contratante avaliar e aprovar a proposta.

6.6. CÁLCULO DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

O índice de aproveitamento (IA) tem como objetivos, por um lado, incentivar a Contratante a realizar prudentemente os investimentos e, por outro lado, evitar que os consumidores paguem indevidamente por investimentos executados de maneira imprudente.

TERRENOS

O aproveitamento do terreno deve ser inicialmente verificado durante a vistoria de campo para posterior cálculo do índice de aproveitamento, que deve constar do relatório de avaliação, com a devida fundamentação.

A determinação do índice de aproveitamento contemplará:

1. O percentual de terreno efetivamente utilizado para a construção de obras e/ou instalação de bens para o serviço público de saneamento básico, considerando inclusas as áreas de segurança, manutenção, circulação, manobra e estacionamento, aplicáveis, em função do tipo, porte e características da edificação ou instalação existente;
2. No caso de terrenos de estações existentes e em serviço, quando a estação não ocupar toda a área aproveitável do terreno e este não puder ser legalmente fracionado para fins de alienação, pode ser considerada, ainda, como área aproveitável, a título de reserva operacional, uma área adicional de até 20%, calculada sobre o total daquela apurada conforme os critérios estipulados no parágrafo anterior;
3. No caso de terrenos de edificações pode ser considerada, ainda, como área aproveitável, uma área adicional de até 10% da área total do terreno para áreas verdes efetivamente existentes.

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

O índice de aproveitamento estabelecido para o grupo de ativos que compõe uma Estação de Tratamento de Água (ETA) ou Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) resulta da aplicação de um índice que considera o grau de utilização atual da estação e sua expectativa para os próximos 15 (quinze) anos, baseado no crescimento percentual da demanda de produção ou tratamento atendida pela estação. Esse índice está conceitualmente limitado a 100% e é calculado da seguinte forma:

$$UCI_{atual} = \frac{VM}{CI}$$

$$ECD = (1+ECD_1) \times (1+ECD_2) \times \dots \times (1+ECD_{15})$$

$$IA (\%) = UCI_{atual} \times ECD \times 100$$

Onde:

UCI_{atual}: Utilização da capacidade instalada da Estação (%);

VM: Vazão Média de produção ou tratamento em (L/s) verificada nos últimos 12 meses;

CI: Capacidade Instalada da Estação (L/s);

ECD_i: estimativa percentual de crescimento da demanda de produção ou tratamento atendida no ano *i*;

ECD: estimativa percentual de crescimento da demanda de produção ou tratamento atendida no período de 15 anos;

IA: Índice de Aproveitamento (%).

EDIFICAÇÕES, CONSTRUÇÃO CIVIL E BENFEITORIAS

Deve ser verificado o aproveitamento do imóvel para cálculo do índice de aproveitamento que constará da avaliação, com a devida fundamentação.

Somente será objeto de remuneração o percentual de área de edificação efetivamente utilizado para o serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, acrescido do percentual referente às áreas comuns, de circulação, de segurança, de ventilação, de iluminação, estacionamento e demais áreas correspondentes.

6.7. CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO

O percentual de depreciação acumulada de cada ativo avaliado deverá ser aquele registrado na contabilidade ou aquele definido pelo agente regulador no momento de execução do objeto deste termo de referência (TR). A determinação das taxas de depreciação

média será feita conforme os tipos de ativos e registrados na contabilidade. As vidas úteis poderão ser revistas a cada ciclo tarifário com base em estudos operacionais e de vida úteis apresentados pela Contratante e autorizados pelo Agente Regulador.

Para o caso das tubulações, como não é possível realizar a conciliação do registro do cadastro técnico com o contábil, a depreciação acumulada será definida como um valor médio da depreciação registrada na contabilidade, desagregado nos serviços de água e esgoto, e obrigatoriamente essa depreciação deve considerar o menor nível de desagregação das informações referentes aos ativos que se encontrarem disponíveis na contabilidade da Contratante, partindo dos municípios, sistemas e assim por diante. Caso seja possível, esse percentual será determinado para cada tipo de tubulação de água ou esgoto conforme o seu material e diâmetro.

No que se refere às sobras físicas, a depreciação acumulada deve ser calculada tomando por base a idade de formação do ativo. Não dispondo de documentação que comprove a data de entrada do ativo em serviço, deverá ser considerado:

- Para ativos de cadastramento individual: atribuir a data de capitalização da conta referente ao tipo de ativo em que está localizado obem;
- Para ativos de cadastramento em massa: considerar a depreciação acumulada média dos ativos localizados no mesmo município.

Eventuais casos omissos devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, cabendo à Contratante avaliar e aprovar a proposta.

No que tange à quota de reintegração dos ativos, deverá ser adotado o método da depreciação linear (linha reta) para o cálculo.

7. CÁLCULO DA BAR BRUTA E DA BAR LÍQUIDA

A BAR bruta pode ser definida da seguinte forma:

$$BAR_{bruta} = \sum_i [VNR_i \times IA_i + CCV_i] - 100_{depreciados} - [VNR \times IA]_{terrenos}$$

Sendo:

BAR_{bruta} : Valor da base de ativos bruta

Σ_i : Somatório;

CCV_i : Valor dos ativos avaliados pelo custo contábil corrigido;

$100\%_{depreciados}$: Valor dos ativos 100% depreciados; e

$[VNR \times IA]_{TERRENOS}$: Valor reavaliado dos terrenos, multiplicado pelo índice de aproveitamento.

Para o cálculo da BAR bruta são desconsiderados os valores dos terrenos, uma vez que os mesmos não são depreciados, e o valor dos bens que já estão totalmente depreciados.

Já o cálculo da BAR líquida é dado pela seguinte expressão:

$$BAR_{liquida} = BAR_{bruta} + (VNR \times IA)_{terrenos} - [Dep_{acum} \times IA] - NO + CG + RO$$

Sendo:

$BAR_{liquida}$: Valor da base de ativos líquida;

BAR_{bruta} : Valor da base de ativos bruta;

$[VNR \times IA]_{TERRENOS}$: Valor reavaliado dos terrenos, multiplicado pelo índice de aproveitamento, no que couber;

$[Dep_{Acum} \times IA]$: Valor da depreciação acumulada multiplicada pelo índice de aproveitamento;

NO : Valor dos ativos não onerosos líquidos de depreciação;

CG : Capital de Giro; e

RO : Reserva Técnica Operacional Móvel.

7.1. RESERVA TÉCNICA OPERACIONAL

A reserva técnica operacional pode ser dividida em duas modalidades. A primeira é a reserva técnica operacional fixa, composta por máquinas e equipamentos que são de pronto uso para situações de revezamento e emergência, vinculados a um ativo físico (ETE, ETA, Elevatória, entre outros) e imobilizados na contabilidade. Fazem parte do Laudo de Avaliação, devidamente identificados como reserva técnica. A valoração da reserva técnica operacional fixa será feita por meio da determinação do VNR, acrescido dos Equipamentos Acessórios (EA), Custos Adicionais (CA) e Juros sobre Obras em Andamento (JOA) que o correspondem.

A segunda é a reserva técnica operacional móvel correspondendo a ativos imobilizados e não vinculados a um ativo físico. São, por exemplo, máquinas e equipamentos que podem ser utilizados em ativos localizados em distintas regiões e, portanto, contam com certo grau de mobilidade e podem não estar prontos para o uso imediato. Não constituem ativos do almoxarifado. A valoração da reserva técnica operacional móvel será feita por meio da determinação do valor de fábrica (VF), acrescido dos equipamentos acessórios (EA), custos adicionais (CA) e Juros sobre Obras em Andamento (JOA), quando couber. Sua representação (RO) é observada no cálculo da BARlíquida.

8. INFORMAÇÕES MÍNIMAS DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

A elaboração do Laudo de Avaliação deve conter as informações necessárias para a realização do cálculo tarifário. Identificam-se dois tipos de laudo: sintético e analítico.

O Laudo Sintético deverá conter um resumo das informações por serviço, município e localidade, conforme Anexos.

Por sua vez, o Laudo Analítico apresentará os resultados desagregados por ativo contendo: serviço, município, localidade, macro-etapa, etapa, tipo de ativos, além de outras informações, conforme demonstrado nos Anexos.

9. MELHORIA NA GESTÃO DE ATIVOS REGULATÓRIOS

A Contratada deverá trazer proposta de desenvolvimento de processos e sistemas relativos à gestão de ativos regulatórios, baseado nas técnicas mais modernas utilizadas no saneamento brasileiro e internacional com vistas a auxiliar no desenvolvimento da área de Gestão de Ativos Regulatórios da companhia.

A proposta deve ser compatível com os processos e sistemas já em funcionamento na companhia.

A Contratada deverá submeter à contratante, via documentos, relatórios e apresentações, todas as informações pertinentes ao entendimento da proposta. Após esta apresentação caberá à contratante analisar e aprovar a proposta apresentada para que o início de sua implantação seja iniciado.

A implantação será realizada entre a contratante e a contratada em trabalho conjunto, cabendo à contratada auxiliar no que couber até a perfeita implantação da proposta.

A apresentação, bem como a implantação, deve ter seu início já na primeira fase de execução do objeto deste termo de referência (TR), encerrando-se apenas com o fim dos trabalhos da contratada.

10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

O relatório de avaliação, entregue em meio físico e digital (em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da contratante) deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Resumo da base de ativos regulatória, conforme Anexo;
- ii. Introdução;
- iii. Caracterização da concessão;
- iv. Caracterização do trabalho executado;
- v. Metodologia aplicada;
- vi. Identificação dos ativos não elegíveis;
- vii. Ativos não onerosos;

- viii. Imóveis que se encontram em processo deregularização;
- ix. Considerações finais;
- x. Anexos com os Laudos Sintético e Analítico.

A seguir será detalhado o conteúdo de cada item.

10.1. Resumo da Base de Ativos (ANEXO)

O resumo deve conter:

- i. Identificação da Contratante;
- ii. Identificação da Contratada;
- iii. Total do valor da base de ativos regulatória considerando: (i) valor dos ativos avaliados pelo método do Valor Novo de Reposição; (ii) valor dos ativos avaliados pelo método do Custo Histórico Contábil devidamente corrigido; (iii) valor dos ativos não onerosos; (iv) valor da Depreciação Acumulada; (v) valor referente ao Índice de Aproveitamento considerada a Depreciação; (vii) valor da Reserva Técnica Operacional Fixa e Móvel;
- iv. Local e data;
- v. Assinatura do responsável por parte da Contratada.

10.2. Introdução

Na Introdução, deve ser apresentada uma descrição sumária do trabalho realizado.

10.3. Caracterização da Concessão

Deve ser apresentada uma visão geral da concessão da Contratante:

- i. Apresentar informações sobre a área da concessão, como quantidade de municípios atendidos, sistemas de água e esgoto, prazo do contrato, quantos anos restam para finalização do contrato, entre outros aspectos;
- ii. Informar o número de ligações e economias atendidas;
- iii. Informar localização das sedes administrativas, central e regionais, e das unidades de apoio operacional (laboratórios de avaliação de conformidades, manutenções eletromecânicas e de medidores de vazão, entre outros).

10.4. Caracterização do Trabalho Executado

A caracterização das diversas unidades que compõem os serviços de água e esgoto contemplará a descrição de cada um de seus componentes, conforme descrito abaixo, atendendo os anexos e ainda apresentando relatório fotográfico em 3D com respectivo georreferenciamento dos ativos avaliados.

- **Serviços de Água**

Caracterização dos sistemas de captação e adução:

- i. Barragens:
 - Áreas inundadas (ha): indicar a área do espelho d'água nos níveis máximo excepcional, máximo normal e mínimo normal;
 - Volumes (m³): indicar o volume do reservatório nos níveis máximo excepcional, máximo normal e mínimo normal;
 - Área total (ha) dos reservatórios incluindo a área de proteção;

- Tipologia construtiva, comprimento total da crista (m), altura máxima (m) e cota da crista (m);
- Valor Novo de Reposição;
- ii. Poços:
 - Quantidades e tipo;
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.
- iii. Equipamentos e macro medidores:
 - Especificações técnicas e quantidades;
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.
- iv. Tubulação de água bruta:
 - Extensão das tubulações por material e diâmetro (km);
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

Caracterização dos sistemas de tratamento:

- i. Estações de tratamento de água – relação das ETAs, informando para cada uma:
 - Localização;
 - Denominação;
 - Tecnologia adotada;
 - Capacidade nominal instalada (l/s);
 - Vazão média anual (l/s);
 - Vazão média máxima anual (l/s);
 - Equipamentos: relação de ativos considerados indicando as características técnicas e Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso;

- Estimativa anual de crescimento da produção necessária para atender à demanda pelos próximos 15 anos e o percentual de índice de aproveitamento calculado.
- ii. Outros equipamentos e macro medidores:
 - Especificações técnicas e quantidades;
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

Caracterização dos sistemas de distribuição:

- i. Tubulações de água tratada:
 - Extensão das tubulações por material e diâmetro (km);
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.
- ii. Reservatórios:
 - Quantidades;
 - Especificações técnicas (tipo, material, volume (m³))
- iii. Ligações prediais e hidrômetros:
 - Quantidades por diâmetro;
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.
- iv. Macro medidores e Equipamentos:
 - Especificações técnicas e quantidades;
 - Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

- **Serviços de Esgoto:**

Caracterização dos sistemas de coleta

i. Tubulações coletoras de esgoto:

- Extensão das redes coletoras, coletores tronco, interceptores, emissários e linhas de recalque por material e diâmetro (km);
- Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

ii. Ligações prediais:

- Quantidades por diâmetro;
- Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

iii. Equipamentos:

- Especificações técnicas e quantidades;
- Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

Caracterização dos sistemas de tratamento:

i. Estações de tratamento de esgoto: relação das ETEs, informando para cada uma:

- Localização;
- Denominação;
- Tecnologia adotada;
- Capacidade nominal instalada (l/s);
- Vazão média anual (l/s);
- Equipamentos: relação de ativos considerados indicando as características técnicas e Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso;
- Estimativa anual do crescimento da vazão a ser tratada para atender o mercado pelos próximos 15 anos e o percentual de índice de aproveitamento calculado.

ii. Equipamentos:

- Especificações técnicas e quantidades;

- Valor Novo de Reposição e Valor de Mercado em Uso.

- **Terrenos e Edificações**

- Relação de todos os itens avaliados, indicando em relações distintas aqueles considerados na BAR e os que foram excluídos. Indicar a designação e o endereço de cada imóvel de forma a possibilitar sua clara identificação.
- Informar para cada imóvel considerado na BAR subdividido em terrenos, edificações, benfeitorias, ETAs e ETEs: o valor novo de reposição, com e sem percentual de índice de aproveitamento, a destinação de uso do imóvel, referência do laudo de avaliação, valores registrados na contabilidade, conta contábil e registro patrimonial.
- Apresentar para cada imóvel excluído da BAR as mesmas informações contidas no item ii, a destinação do uso do imóvel e a razão da exclusão (imóvel alugado, desocupado, imóvel cedido a terceiros, entre outras razões).
- Relação das benfeitorias avaliadas e incluídas na BAR e que se encontrem construídas em terrenos de propriedade de terceiros, além das mesmas informações contidas no item (ii).

- **Servidões Permanentes**

- Apresentar relação com os totais de faixas de servidão consideradas (áreas e extensões totais) e respectivos valores apurados para compor a Base de Ativos Regulatórios (saldo contábil e valor apurado para a BAR), conforme amostragem realizada pela Contratada, bem como documentos da Contratante.

- **Bens de Uso Geral**

- Veículos, Máquinas, Tratores e Similares:

- Total da frota própria da Contratante, discriminada por tipo de veículo;
- Valor contábil corrigido com e sem depreciação.
- ii. Móveis e utensílios, equipamentos e programas de informática, ferramentas:
 - Relação de ativos considerados indicando as características técnicas;
 - Valor contábil corrigido com e sem depreciação.
- iii. Sistemas Corporativos de Informática:
 - Relação de ativos considerados indicando as características técnicas;
 - Valor atualizado de mercado, com e sem depreciação.

10.5. Metodologia Aplicada

Apresentar informações sobre os procedimentos, critérios e metodologias aplicadas na realização dos trabalhos de avaliação.

- i. Levantamentos de campo:
 - Apresentar informações sobre a logística, os procedimentos e as equipes utilizadas para realização dos levantamentos de campo;
 - Apresentar informações sobre o tempo gasto para realizar os levantamentos de campo (datas de início e de conclusão);
 - Indicar, para os municípios ou sistemas vistoriados, considerações sobre as não conformidades verificadas por ocasião da realização dos levantamentos de campo, apresentando um panorama geral sobre as divergências verificadas em campo, bem como sobre a qualidade e confiabilidade do cadastro técnico, cadastro patrimonial e outros dados dos sistemas da Contratante;
 - No caso dos imóveis, considerar adicionalmente a existência de plantas atualizadas, documentos de propriedade, entre outras informações julgadas relevantes para retratar a situação encontrada.
- ii. Critérios utilizados para inclusão de ativos na BAR (critérios de elegibilidade).

- iii. Critérios utilizados para aplicação dos índices de aproveitamento.
- iv. Procedimentos e critérios utilizados para valoração dos grupos de ativos.
- v. Critérios utilizados para consideração das servidões. Explicitar os procedimentos e critérios utilizados para considerar: as servidões cujos direitos de uso foram adquiridos de forma onerosa e as servidões cujos direitos de uso foram adquiridos de forma não onerosa.
- vi. Critérios utilizados para associação dos ativos aos municípios ou sistemas.
- vii. Informações sobre os demais procedimentos, critérios e referências considerados.

10.6. Identificação dos Ativos Não Elegíveis

Apresentar relação específica, com justificativa, dos ativos definidos como não elegíveis, com indicação das seguintes informações: destinação de uso do ativo, razões que levaram à exclusão, e contas contábeis, onde os ativos se encontram apropriados, sua posição georreferenciada, com suas respectivas avaliações.

Neste item, devem ser apresentadas as notas explicativas dos ativos excluídos e que se encontrem em situação particular na época da realização dos trabalhos de avaliação, tais como: instalações construídas e não colocadas em serviço, instalações em reforma e desativadas temporariamente, instalações a serem alienadas, entre outras.

10.7. Ativos Não Onerosos

Indicar os critérios e procedimentos utilizados para apuração do valor dos ativos não onerosos, considerados na Base de Ativos Regulatória. Os ativos não onerosos devem ser registrados em separado.

10.8. Terrenos que se Encontram em Processo de Regularização

Apresentar relação dos terrenos incluídos na Base de Ativos Regulatória, que não possuem documentação de titularidade de propriedade definitiva em nome da Contratante, e que se encontram em processo de regularização, fornecendo informações sobre a situação atual de cada um no que se refere à documentação e atividades atualmente exercidas pela Contratante no local. A relação em questão deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Designação do imóvel.
- ii. Endereço completo e respectiva localização georreferenciada;
- iii. Valor Novo de Reposição, com e sem a incidência do percentual de índice de aproveitamento.

10.9. Considerações Finais

Indicar as eventuais inconsistências e/ou particularidades que mereçam ser destacadas ou verificadas no decorrer da realização dos trabalhos, apresentando as justificativas técnicas cabíveis.

11. ENTREGA DE PRODUTOS

Todos os relatórios devem ser entregues em meio físico e digital. Excepcionalmente a obrigação de entrega física pode ser suprimida quando sua efetivação exigir elevado dispêndio operacional e material, cabendo nessa situação à Contratada consultar a Contratante.

Os arquivos digitais entregues pela Contratada devem ser disponibilizados em arquivos editáveis (Word, Excel, TXT e em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da Contratante), cabendo sempre a necessidade de entrega de arquivos com a identificação dos responsáveis técnicos da Contratada pela elaboração das informações.

Os produtos entregues estão sujeitos à auditoria e aprovação da Saneago, cabendo à Contratada efetuar eventuais ajustes que possam vir a ser solicitados, bem como

realizar o acompanhamento, esclarecimento e adequações resultantes de auditoria dos Agentes Reguladores.

De forma mais específica a contratada deve:

- Disponibilizar, em meio eletrônico (Word, Excel, TXT e em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da Contratante), os dados e informações das avaliações dos terrenos, realizadas de acordo com a NBR 14653 (com memórias de cálculos e fórmulas empregadas) no que couber;
- Disponibilizar, em meio eletrônico (Word, Excel, TXT e em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da Contratante), memória do cálculo utilizado na composição do JOA;
- Disponibilizar, em meio eletrônico (Word, Excel, TXT e em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da Contratante), lista de ativos integrantes da Reserva Operacional Fixa e Móvel;
- Disponibilizar, em meio eletrônico (Word, Excel, TXT e em formato que possibilite a alimentação do sistema de gestão da Contratante), quaisquer outras informações que sejam relevantes e necessárias para o completo entendimento do objeto deste termo de referência (TR).

As informações entregues pela Contratada à Contratante devem sempre acompanhar a identificação, assinatura e respectivas ARTs, quando couber, dos responsáveis pelo documento entregue.

12. REUNIÕES DE TRABALHO

No início dos trabalhos, deverão ocorrer reuniões entre Contratante e Contratada para alinhamento sobre o plano de ação, a forma de acompanhamento do contrato, o cronograma da entrega dos produtos, além da apresentação de proposta de melhorias na gestão de ativos regulatórios e sua implantação.

Ao longo dos trabalhos está prevista a realização de reunião mensal entre a Contratada e a equipe da Contratante até a entrega de todos os produtos.

A Contratada poderá ser convocada a participar de reuniões com órgão(s) regulador(es) ou instituições para tratar de temas relacionados ao objeto deste termo de referência (TR).

13. SESSÕES DE CAPACITAÇÃO

A Contratada deverá ministrar sessões para instruir o corpo administrativo e operacional da Contratante para facilitar e viabilizar os trabalhos que serão desenvolvidos para o levantamento e valoração de ativos regulatórios, especialmente os trabalhos a serem desenvolvidos in loco nos municípios operados pela Saneago.

As datas de realização deverão ser definidas em reunião de trabalho, preferencialmente durante a fase inicial de planejamento do trabalho da contratada. O local e a infraestrutura (sala, equipamento audiovisual, computadores, etc.) deverão ser fornecidos pela Contratante, sendo as sessões realizadas preferencialmente no município de Goiânia.

14. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)

A Contratada será responsável pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), incluindo registro, pagamento, administração, conclusão e apresentação para a Contratante.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- i. Os serviços serão executados com o acompanhamento de representantes da Contratante, conforme planejamento dos trabalhos.
- ii. Uma vez entregue o Laudo de Avaliação, competirá à Contratada auxiliar na defesa dos interesses da Contratante junto aos agentes reguladores e demais órgãos de controle, no que diz respeito aos trabalhos executados conforme este termo de referência (TR).

iii. Compete à Contratada proceder aos ajustes nos relatórios finais determinados pelos reguladores em sua fiscalização, gerando novos arquivos, os quais deverão ser entregues novamente a Contratante em meios físicos e digitais (em formato compatível ao sistema da contratante) e submetidos aos agentes reguladores e demais órgãos de fiscalização para aprovação.

iv. Após a entrega dos relatórios, a Contratada deverá manter uma equipe de assistência técnica para executar as correções e ajustes no Laudo de Avaliação até que a Base de Ativos Regulatória esteja homologada como definitiva pelo regulador.

v. Para subsidiar a Contratada na execução das tarefas, serão disponibilizados os seguintes elementos:

- Mapa da área de concessão;
- Descritivos e croquis existentes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e suas respectivas unidades operacionais;
- Cadastro técnico das redes de distribuição de água e de coleta de esgoto sanitário;
- Informações relativas às extensões de redes, por município ou sistema;
- Listagem dos hidrômetros e das ligações prediais de água e esgotos existentes nos sistemas da companhia;
- Relação dos terrenos;
- Relação de informações sobre os bens patrimoniais por município;
- Elementos técnicos e informações existentes na companhia para subsidiar orçamentos vinculados ao cálculo do valor novo de reposição e atualização do custo histórico contábil;

vi. A Saneago possui um Sistema de Gerenciamento de Custos, Preços e Orçamentos, ferramenta desenvolvida pela própria Companhia, onde estão cadastrados materiais, equipamentos, serviços e mão-de-obra. Estes elementos ficarão à disposição da Contratada para realização da tarefa de valoração dos ativos.

vii. Ocorrendo à indisponibilidade de dados no banco de preços da Contratante, será permitido à Contratada utilizar cotações de outras fontes, preferencialmente do Banco de Preços de outras empresas de saneamento, desde que justificado e citado os nomes das fontes

e a metodologia adotada para coleta dos dados, cabendo à Contratante avaliar e aprovar a cotação.

viii. Caberá à contratada a aquisição das certidões dos imóveis da “Relação dos imóveis legalizados e a legalizar” da Saneago, a partir das matrículas fornecidas.

16. DOS PRAZOS DO CONTRATO

O contrato a ser celebrado terá prazo de execução de 12 (doze) meses e prazo de vigência de 15 (quinze) meses a partir de sua assinatura.

17. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

O contratado deverá prestar garantia à execução do contrato no percentual de 5% do valor do contrato, nos termos do RPC Saneago.

18. DA REALIZAÇÃO DE VISITAS PELOS LICITANTES

É facultada aos licitantes a realização de visita prévia aos locais de prestação dos serviços a serem executados para seu integral conhecimento e para a plena condição de apresentação da proposta, devendo ser entregue no ato da habilitação declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto, independentemente de ter realizado a visita.

As visitas poderão ser agendadas junto à Gerência de Regulação Econômica, R-GEC, por meio do e-mail , ou pelo telefone (62) 3243-3169, das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

19. DO REAJUSTE DE PREÇOS

O contrato a ser celebrado poderá ser reajustado conforme critérios abaixo transcrito:

REAJUSTAMENTO O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade anual, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, tendo como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio de apostilamento, nos termos do Regulamento dos Procedimentos de Contratação da Saneamento de Goiás S.A.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo revisão contratual antes da data do reajustamento, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da data da referida revisão.

Parágrafo segundo - Quaisquer reajustamentos de preços que porventura venham ocorrer somente poderão ser concedidos depois de transcorridos 12 (doze) meses da data de concessão do último reajuste.

Parágrafo terceiro - A CONTRATADA, em tempo hábil, mediante justificativa fundamentada, deverá pleitear o aludido reajuste à SANEAGO.

20. CASOS OMISSOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

Eventuais casos omissos a este termo de referência (TR) devem ser tratados diretamente com a Contratante, ficando a Contratada obrigada a oferecer proposta de ajuste à omissão identificada, bem como esclarecer eventuais dúvidas sobre a proposta, cabendo à Contratante avaliar e aprovar a proposta.

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Dos atestados de qualificação técnica

Deverá a Licitante apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às de maior relevância técnica e valor significativo, que são: execução de trabalhos de levantamento, conciliação e atualização de ativos operacionais, inclusive máquinas e equipamentos, para definição de Base de Remuneração Regulatória utilizada em processos de revisão tarifária em empresas de serviços públicos com rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

21.2. Da equipe técnica

Deverá a licitante apresentar relação do pessoal técnico especializado, adequado e disponível para a realização do objeto ora licitado, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, acompanhada de declaração formal do Licitante de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis. As exigências mínimas a serem observadas para a composição e qualificação da equipe do Licitante, consideradas essenciais para o cumprimento do objeto da Licitação são:

- Coordenador Geral do Projeto;

O Coordenador Geral do Projeto, necessariamente engenheiro legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 5 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Coordenador de Engenharia;

O Coordenador de Engenharia, necessariamente engenheiro legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 5 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Coordenador de Avaliações Patrimoniais;

O Coordenador de Avaliações Patrimoniais, necessariamente engenheiro legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 5 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Coordenador Contábil;

O Coordenador Contábil, necessariamente contador legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 5 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Especialista em Avaliações Cíveis;

O Especialista em Avaliações Cíveis, com formação em engenharia civil, legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 3 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Especialista em Avaliações Eletromecânicas;

O Especialista em Avaliações Eletromecânicas, com formação em engenharia elétrica ou mecânica, legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 3 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Especialista em Conciliações Físico-Contábeis;

O Especialista em Conciliações Físico-contábeis, com formação em contabilidade, legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 3 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Especialista em Inventário de Redes de Distribuição;

O Especialista em Inventário de Redes de Distribuição, com formação em engenharia, legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 3 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

- Especialista em Tecnologia da Informação;

O Especialista em Tecnologia da Informação, com formação em análise de sistemas, legalmente habilitado no respectivo conselho profissional com, no mínimo 3 anos de experiência em trabalhos de avaliação de ativos, inclusive máquinas e equipamentos, para fins de revisão tarifária para empresas que possuam rede física (empresas de saneamento, ou distribuição de energia elétrica, ou gás canalizado).

22. DISPOSIÇÕES FINAIS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Uma vez entregue os relatórios de levantamento, valoração, conciliação e confecção da BAR competirá à contratada fazer a defesa dos interesses da Saneago junto a órgão(s) regulador(es) no que diz respeito ao objeto previsto neste documento de termo de referência (TR).

Compete à Contratada proceder aos ajustes do Relatório Final determinados pela Saneago em sua fiscalização, gerando novos arquivos individualizados dos ativos que compõem os relatórios.

A Contratada deverá manter, após a entrega dos relatórios, equipe de assistência técnica para executar as correções e ajustes do Laudo de Avaliação até que a BAR esteja homologada como definitiva pelos agentes reguladores órgãos de fiscalização que possam ser criados no decorrer da execução dos trabalhos.

Como demonstrado nos quadros acima, o processo de levantamento da Base de Ativos Regulatório durará 12 (doze) meses, dividido em 06 (seis) etapas, sendo cada etapa caracterizada pelo desenvolvimento de produtos específicos e necessários para conclusão dos trabalhos. Cada etapa concluída e aprovada formalmente pela Contratante possui limites máximos de desembolso estabelecidos, conforme o Cronograma Financeiro. Vale ressaltar que os referidos limites consistem em percentuais do valor total do Contrato. A cada etapa concluída será necessário, obrigatoriamente, a apresentação dos relatórios e dos dados por meio físico e digital, para que sejam submetidos à análise. Considera-se a etapa concluída quando ocorrer o desenvolvimento e a finalização dos produtos em todos os municípios (incluindo seus distritos e subdistritos) vinculados a cada regional, estando à finalização vinculada a avaliação e aprovação por parte da Contratante.

22.1. Dos recursos orçamentários

A dotação orçamentária comprometida quando do registro do carrinho de compras de nº 1000018888, conforme espelho de 05/04/2019 (fls. 118/119) é abaixo discriminada:

Carrinho de compras	Descrição	Conta Razão	Fundo (fonte de recursos)	Item Financeiro (conta orçamentária)	Valor (R\$)	2019	2020
1000018888	Consultoria Empresarial	4111030005	Próprio	4111030005 (serv. Terc. Prof. PJ)	8.330.057,08	4.165.028,54	4.165.028,54
Total					8.330.057,08	4.165.028,54	4.165.028,54

22.2. Dos desembolsos

Os desembolsos ocorrerão após a entrega dos relatórios e dos dados, por meio físico e digital, sendo indispensável à aprovação formal do trabalho, a qual deverá obedecer, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

1. Análise dos trabalhos;
2. Ajustes;
3. Aprovação formal do trabalho;
4. Faturamento.

O pagamento das faturas serão efetivadas no prazo de 30 (trinta) dias após o seu protocolo na Saneago.

22.3. Limites máximos por etapas

Os limites máximos de desembolso para cada etapa são:

- 1ª Etapa – Elaboração do plano de trabalho / Planejamento e conteúdo do treinamento / Treinamento das equipes / Início da implementação da proposta de gestão de ativos – 5% (cinco por cento).
- 2ª Etapa – Levantamento Físico, Cadastral e Contábil – 30% (trinta por cento): Visando o melhor gerenciamento dos trabalhos, a área de atuação da Saneago foi dividida em 04 (quatro) regionais, sendo que cada regional é composta por determinada quantidade de Gerências Regionais de Serviços (GRS), totalizando 20 (vinte) GRS, conforme Cronogramas Físico e Financeiro. Sendo assim, o limite máximo de desembolso estabelecido para essa etapa foi dividido proporcionalmente pela quantidade de Gerências Regionais de Serviços. Desse modo os pagamentos corresponderão a 1,5% (um e meio por cento) por GRS e somente serão liberados após concluídas as etapas especificadas anteriormente.
- 3ª Etapa – Conciliação Físico-Cadastral-Contábil, Tratamento das sobras e Valoração – 15% (quinze por cento). Visando o melhor gerenciamento dos trabalhos, a área de atuação da Saneago foi dividida em 04 (quatro) regionais, sendo que cada regional é composta por determinada quantidade de Gerências Regionais de Serviços (GRS), totalizando 20 (vinte) GRS, conforme Cronograma Físico e Financeiro. Sendo assim, o limite máximo de desembolso estabelecido para essa etapa foi dividido proporcionalmente pela quantidade de Gerências Regionais de Serviços. Desse modo os pagamentos corresponderão a 0,75% (zero setenta e cinco por cento) por GRS e somente serão liberados depois de concluídas as etapas especificadas anteriormente.

- 4ª Etapa – Elaboração do laudo de avaliação da Base de Ativos Regulatórios – BAR, (relatórios) – 15% (quinze por cento).
- 5ª Etapa – Tratamento junto aos agentes reguladores e demais órgãos de controle que possam vir a existir para validação e homologação da BAR – 15% (quinze por cento). Essa etapa consiste no levantamento e identificação de todos os ajustes necessários a serem realizados na etapa seguinte.
- 6ª Etapa – Ajustes finais dos produtos e finalização da proposta de gestão de ativos regulatórios – 20% (vinte por cento). Será necessária, obrigatoriamente, a aprovação formal de todo o Levantamento da Base de Ativos Regulatórios por parte das Entidades Reguladoras e demais órgãos de controle que possam vir a existir, além de finalização da implantação da proposta de gestão de ativos regulatórios para que se inicie os procedimentos necessários para a efetivação do desembolso.

A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar os relatórios e os dados de cada etapa após a conclusão do respectivo trabalho dentro de cada Gerência Regional, visando o recebimento do montante proporcional ao serviço prestado e devidamente comprovado e aprovado pela SANEAGO.

Conforme dito anteriormente, os desembolsos ocorrerão apenas após a apresentação e aprovação dos relatórios e dados referentes às Gerências Regionais de Serviços.

Caso os produtos não sejam apresentados ou apresentados e não aprovados, não ocorrerá o desembolso e a Contratada só receberá após a reapresentação do produto e sua respectiva aprovação.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções a serem aplicadas estão previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento de Contratações da Saneago e no termo contratual a ser assinado pelas partes.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA SANEAGO

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a SANEAGO obriga-se a:

- i. fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
- ii. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;
- iii. exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATADA:

- i. responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados e mencionados em quaisquer dos documentos que integram o presente termo de contrato, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos internos da SANEAGO.
- ii. designar preposto, devidamente aprovado pela SANEAGO, ato contínuo do recebimento da Autorização de Serviços, mantendo-o à disposição para representar a CONTRATADA na execução do contrato;
 - a) comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela SANEAGO, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;

- b) manter a SANEAGO informada de todos os detalhes dos serviços, de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a consulta;
- iii. obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos da SANEAGO, de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade;
- iv. fornecer à SANEAGO relação nominal dos empregados designados para a execução dos serviços onde conste o número de registro de empregado, número e série da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, atualizando as informações quando da substituição, admissão e demissão do empregado;
- v. fornecer à SANEAGO, sempre que solicitado, extensivas às eventuais TERCEIRIZADAS, todos os documentos relativos à relação trabalhista dos empregados envolvidos na prestação dos serviços contratados, tais como, mas não se limitando, Contrato de Trabalho (para os empregados com vínculo empregatício regido pela CLT), Contrato de Prestação de Serviços registrado no cartório de títulos e documentos, Convenção/Acordos/Sentenças Normativas, Registro de Empregados (Livro ou Fichas com número do registro e número e série da CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social, RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), Folha de Pagamento (férias, 13º salário, recolhimento previdenciário, salário família, vale transporte, vale refeição);
- vi. afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da SANEAGO, proceder de maneira desrespeitosa para com os empregados e clientes desta, além do público em geral, garantindo que o mesmo não seja remanejado para um outro serviço da CONTRATADA na SANEAGO;

- vii. em caso de necessidade de substituição de um membro de sua equipe, esta somente poderá ocorrer por profissional de currículo equivalente ou superior ao substituído;
- viii. fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- ix. cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços, destacando-se a legislação ambiental;
- x. enviar à SANEAGO, imediatamente após sua lavratura, quaisquer autos de infração, bem como as notificações emitidas pelo Poder Judiciário, em que a SANEAGO conste como infratora ou ré, juntamente com um relato dos motivos que determinaram a autuação ou notificação;
- xi. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- xii. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- xiii. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à SANEAGO ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, mesmo em se tratando de responsabilidade objetiva, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da SANEAGO em seu acompanhamento;
- xiv. cumprir as disposições constantes do Código de Ética e Conduta da SANEAGO vigente, disponível no site www.saneago.com.br, sob pena das sanções previstas pelo seu descumprimento.



Goiânia, 17 de junho de 2019.